



## Entre a Lavoura e a Sala de Aula: O Trabalho Precoce e o Desafio da Responsabilidade Docente na Escola Rural Amazônica

### *Between the Farm and the Classroom: Early Work and the Challenge of Teaching Responsibility in the Amazon Rural School*

Douglas Makarter Vidal

**Resumo:** A evasão escolar no contexto da educação rural amazônica afasta-se da premissa de uma mera falha individual, configurando-se como um trágico sintoma de exclusão e sobrevivência. Ancorado na perspectiva crítica de Arroyo (2011) e Patto (1996), este estudo desmistifica a histórica “cultura do fracasso escolar”, que culpabiliza o aluno por sua vulnerabilidade socioeconômica. A pesquisa tem como objetivo analisar os fatores determinantes da evasão na Escola Municipal São José, localizada na zona rural de Manaus-AM. Para tanto, adotou-se um rigoroso método qualiquantitativo de natureza analítica descritiva que, fundamentado em Vergara (2013), permitiu o cruzamento de dados estatísticos com as percepções empíricas dos sujeitos. Os resultados descortinam três grandes realidades: o trabalho precoce na agricultura familiar atua como o principal agente que arranca o jovem da sala de aula; a tentativa de regresso é frustrada pela severa distorção idade-série; e há um profundo choque institucional no qual a gestão busca o aluno, enquanto os professores adotam uma postura defensiva. Conforme alerta Lopes (2016), a responsabilidade docente é frequentemente negligenciada, utilizando-se a desestruturação familiar como justificativa para eximir a escola de sua autocrítica pedagógica. Conclui-se que é inadiável romper o silêncio institucional por meio da adoção de uma “pedagogia do sucesso”, tornando a escola mais acolhedora e atrativa do que a urgência imposta pela lavoura.

**Palavras-chave:** evasão escolar; educação rural amazônica; trabalho precoce; responsabilidade docente; fracasso escolar.

**Abstract:** School dropout in the context of Amazon rural education departs from the premise of a mere individual failure, configuring itself as a tragic symptom of exclusion and survival. Anchored in the critical perspective of Arroyo (2011) and Patto (1996), this study demystifies the historical “culture of school failure”, which blames the student for their socioeconomic vulnerability. The research aims to analyze the determining factors of school dropout at the São José Municipal School, located in the rural area of Manaus-AM. To this end, a rigorous mixed-methods (qualitative-quantitative) approach of an analytical descriptive nature was adopted, which, based on Vergara (2013), allowed the crossing of statistical data with the empirical perceptions of the subjects. The results reveal three major realities: early work in family agriculture acts as the main agent that pulls the youth out of the classroom; the attempt to return is frustrated by the severe age-grade distortion; and there is a profound institutional clash in which the management seeks the student, while the teachers adopt a defensive posture. As Lopes (2016) warns, teaching responsibility is frequently neglected, using family disruption as a justification to absolve the school of its pedagogical self-criticism. It is concluded that it is urgent to break the institutional silence through the adoption of a “pedagogy of success”, making the school more welcoming and attractive than the urgency imposed by farming.

**Keywords:** school dropout; amazon rural education; early work; teaching responsibility; school failure.

## INTRODUÇÃO

Embora a educação seja inegavelmente assegurada como um direito fundamental e um dever intransferível do Estado pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), a evasão escolar no Brasil ainda se afasta peremptoriamente da premissa de ser uma mera “escolha” individual ou fruto da falta de vontade do aluno, revelando-se, na realidade, como o sintoma mais agudo e trágico da nossa histórica exclusão social.

Se nos grandes centros urbanos o abandono já se configura como um problema crônico, no território da zona rural amazônica esse fenômeno adquire contornos ainda mais dramáticos e complexos. Nessa região, as enraizadas barreiras da pobreza estrutural e da marginalização são exponencialmente agravadas por especificidades geográficas singulares, tais como as dimensões continentais, o profundo isolamento das comunidades e as severas dificuldades logísticas e de transporte.

É precisamente nesse cenário de extremas vulnerabilidades materiais que o direito de aprender colide com o inadiável dever de subsistir, fazendo com que a instituição de ensino passe a concorrer de forma totalmente desleal com a fome e com as urgências imediatas de sobrevivência impostas à juventude do campo.

É precisamente neste cenário de profundas contradições que se insere o locus de investigação deste estudo: a Escola Municipal São José, localizada na rodovia AM-010 (KM 53), circunscrita à zona rural da cidade de Manaus, no Estado do Amazonas. Inserida em uma comunidade tradicional fortemente estruturada pela agricultura familiar, esta instituição de ensino atua como um reflexo empírico e imediato da constante tensão vivenciada por seus jovens.

Em seu cotidiano, o ambiente escolar testemunha o abismo existente entre a garantia teórica do direito fundamental de estudar e a urgência implacável e precoce do dever de trabalhar para a manutenção do lar. Diante dessa complexa engrenagem de sobrevivência, que quase imperativamente arranca o estudante da sala de aula para a lavoura, emerge a problemática que norteia esta investigação, sintetizada na seguinte questão central: afinal, quais os fatores que influenciam diretamente na evasão escolar na Escola Municipal São José, na zona rural da cidade de Manaus-AM/Brasil, no período de 2022 a 2023?

Para responder de forma estruturada a essa inquietação empírica, a presente investigação estabelece como objetivo geral analisar os fatores que influenciam diretamente na evasão escolar no referido cenário rural amazônico. Desdobrando esse propósito maior em etapas operacionais, o roteiro analítico do estudo sustenta-se em três objetivos específicos fundamentais.

Primeiramente, busca-se compreender as causas e os fatores socioeconômicos determinantes do abandono, lançando um olhar crítico sobre a imposição do trabalho precoce na lida diária da agricultura familiar. Em um segundo momento, o estudo propõe-se a descrever as severas consequências deflagradas na trajetória e na vida desse aluno, evidenciando a cruel distorção idade-série, o abismo cognitivo e o doloroso isolamento social vivenciado em sua tentativa de regresso. Por fim, tenciona-se apresentar a complexa teia de tensões institucionais, contrapondo os desafios e os esforços ativos adotados pela gestão escolar para reter esse estudante à controversa e defensiva postura de isenção assumida pela práxis docente.

A relevância social e científica deste estudo consolida-se, fundamentalmente, na sua capacidade de desmistificar o abandono escolar rural como um mero “desinteresse” ou falha individual do estudante. Ao transcender a análise puramente estatística para dar voz às reais dores, angústias e urgências de jovens que dividem o peso da lavoura com o caderno, a pesquisa rompe o silêncio institucional e cobra uma inadiável autocrítica por parte da escola e de seus educadores.

Para atender a tais propósitos, este estudo estrutura-se da seguinte forma: a Seção 2 aborda as causas do abandono e o desafio do regresso; a Seção 3 analisa o choque entre os esforços da gestão e a postura defensiva docente; em seguida, apresenta-se o percurso metodológico, culminando nas considerações finais.

## A EVASÃO ESCOLAR NO CONTEXTO RURAL AMAZÔNICO

O abandono escolar afasta-se peremptoriamente da premissa de ser uma simples “escolha” individual ou fruto da falta de vontade do aluno, revelando-se como uma realidade histórica, complexa e o reflexo mais agudo da exclusão educacional brasileira. Sob essa ótica, o fenômeno não pode ser tratado como um evento isolado ou repentino.

Apoiando-se na perspectiva crítica, teóricos como Arroyo (2011) e Patto (1996) argumentam com precisão que a evasão atua, na verdade, como o “último elo” de uma imensa cadeia estrutural de fracassos, desmotivações e profundas vulnerabilidades socioeconômicas enfrentadas no percurso do estudante.

Todo esse processo de desligamento e silenciamento institucional é construído aos poucos, consumando-se de forma trágica no exato momento em que o ambiente escolar deixa de fazer sentido e perde a sua capacidade de acolhimento diante das severas urgências de sobrevivência que a vida impõe.

Se a evasão escolar já se configura como um problema crônico e amplamente debatido nos grandes centros urbanos, no território da zona rural amazônica ela adquire contornos ainda mais dramáticos e complexos. Nessa região, os desafios inerentes à permanência estudantil são exponencialmente agravados por especificidades geográficas e estruturais, tais como as dimensões continentais, as severas dificuldades de transporte, a falta de infraestrutura adequada e o profundo isolamento.

Tais entraves potencializam o distanciamento não apenas físico, mas também social entre o jovem do campo e a instituição de ensino. Consequentemente, o pleno direito à educação, inegavelmente assegurado como um dever do Estado pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), acaba esbarrando de forma abrupta em uma histórica barreira de pobreza e marginalização. Nesses cenários, a premissa legal de “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” sucumbe perante as vulnerabilidades de uma população historicamente excluída, na qual o aluno é empurrado para longe da sala de aula pelas necessidades prementes de subsistência.

É precisamente neste cenário de profundas contradições que se insere a Escola Municipal São José, localizada na rodovia AM-010 (KM 53), na zona rural da cidade de Manaus-AM. Esta instituição de ensino atua como um reflexo empírico e imediato da constante tensão vivenciada por seus alunos: o abismo existente entre a garantia teórica do direito de estudar e a urgência implacável da necessidade de sobreviver.

Inseridos em uma comunidade onde as dinâmicas sociais e os laços de solidariedade frequentemente se mesclam à obrigação da lida diária para a manutenção do lar, os jovens se veem diante de encruzilhadas precoces. É exatamente dentro dessa complexa engrenagem de sobrevivência familiar que emergem os fatores socioeconômicos cruciais que, de forma quase imperativa, arrancam o aluno da sala de aula, elementos estes que serão pormenorizadamente analisados a seguir.

## O Trabalho Precoce e a Pobreza como Fatores Determinantes

O status socioeconômico possui uma intrínseca e inegável relação com os índices de evasão escolar, configurando-se a pobreza como o correlato mais forte do baixo desempenho e do posterior abandono estudantil. A literatura aponta que alunos oriundos de famílias de baixa renda chegam a ter 2,4 vezes mais chances de abandonar o ensino em comparação aos estudantes de renda média (Stanard, 2013).

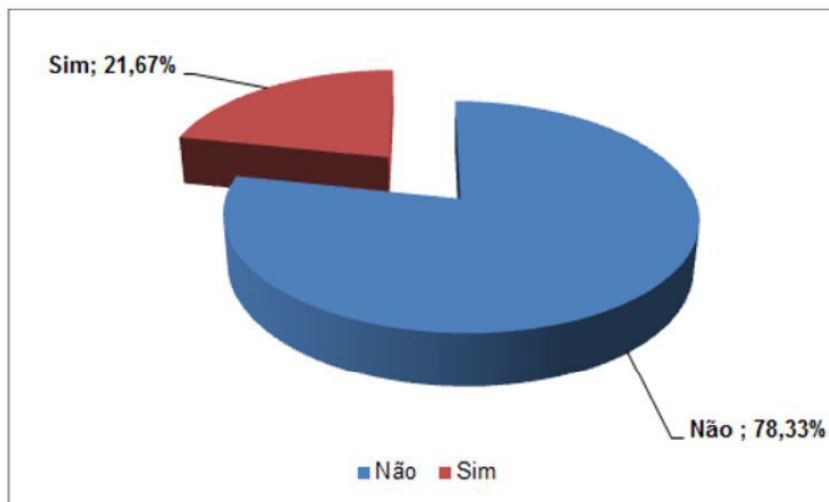
Quando se transpõe essa estatística para o contexto rural investigado, o cenário agrava-se substancialmente. As famílias da comunidade no entorno da Escola Municipal São José sobrevivem, em sua grande maioria, sob condições de extrema vulnerabilidade social e material.

Diante do dilema diário e cruel entre o exercício do direito de estudar e a urgência de colocar o alimento na mesa, a instituição de ensino passa a concorrer de forma totalmente desleal com a fome. Consequentemente, o jovem é empurrado de maneira prematura e compulsória para o mercado de trabalho, inserindo-se na lida exaustiva do campo e na agricultura familiar com o propósito elementar de garantir a sua própria subsistência e a de seu lar.

A materialização dessa dura realidade é evidenciada de forma incontestável pelos dados empíricos coletados na Escola Municipal São José, que descortinam o

impacto esmagador do trabalho precoce. Conforme ilustrado no Gráfico 1, a pesquisa revelou que um contingente impressionante de 85,10% dos alunos entrevistados afirmou que o motivo direto para o abandono dos estudos foi a necessidade de “ajudar no sustento da família”.

**Gráfico 1 – Já abandonou alguma vez os estudos.**



**Fonte: Pesquisa de campo realizada (2022).**

Esse cenário de vulnerabilidade torna-se ainda mais agudo quando se analisa o setor de atuação em que esses jovens são absorvidos. A Tabela 1 detalha que 80% dessa evasão está estritamente vinculada ao setor da agricultura familiar, demonstrando que os jovens trocam as salas de aula pelo auxílio diário aos pais nas lavouras e sítios da região.

**Tabela 1 - Taxas de abandono por idade, sexo e cor (2015, 2016, 2017, 2018) na Escola Municipal São José**

Coorte	2014	2015	2016	2017	2018
16 a 17 anos de idade	18,3	12,9	12,7	12,7	12,6
Masculino Branco	17,1	12,2	12,2	12,4	12,3
Feminino Branco	17,3	12,4	11,9	11,9	11,7
Masculino negro	25,8	17,2	16,5	15,7	15,7
Feminino negro	25,5	16,2	16,2	14,9	15,0
18 a 19 anos de idade	15,7	16,7	15,7	16,7	15,2
Masculino Branco	14,3	16,3	16,1	16,6	15,8
Feminino Branco	16,6	15,0	13,8	14,9	14,0
Masculino negro	23,8	25,8	22,7	26,4	19,7
Feminino negro	24,7	22,8	19,8	18,1	14,6

Coorte	2014	2015	2016	2017	2018
15 a 17 anos de idade	7,8	8,8	8,8	7,3	6,8
Masculino Branco	6,9	9,6	9,3	7,3	7,3
Feminino Branco	7,6	8,7	9,2	8,0	6,9
Masculino negro	10,1	5,2	7,2	6,4	5,5
Feminino negro	14,2	9,4	6,6	5,5	4,9

Fonte: Censo Educacional Brasileiro INEP (2019)<sup>1</sup>.

Longe de representar um mero auxílio pontual na rotina doméstica, a introdução precoce desses adolescentes no mundo do trabalho é caracterizada por jornadas exaustivas. A pesquisa evidenciou que eles enfrentam longas semanas laborais, que variam de um mínimo de 30 a 40 horas de trabalho semanal. Essa carga horária excessiva, somada ao intenso esforço físico exigido pelo trato com a terra, inviabiliza qualquer possibilidade de conciliação com os estudos, tornando o abandono escolar não uma escolha, mas a única via viável de sobrevivência.

Cumprе ressaltar que, embora pequenos auxílios familiares nas atividades domésticas ou no campo sejam comuns e muitas vezes não apresentem impactos negativos imediatos, o cenário de abandono surge fortemente quando o envolvimento do estudante com o trabalho ultrapassa a marca de vinte horas semanais.

Diante dessa extenuante dupla jornada, estabelece-se uma severa competição por tempo e energia, na qual a luta desesperada pelo aumento dos parcos rendimentos da família oferece um motivo praticamente irresistível para que o aluno deixe a escola de forma definitiva. Conseqüentemente, ao optar precocemente pela lavoura em detrimento da sala de aula, esse jovem até consegue auxiliar sua família financeiramente no curto prazo, resolvendo uma urgência imediata. Contudo, essa escolha forçada acaba criando um imenso e profundo distanciamento acadêmico que lhe cobrará um preço altíssimo quando, em um momento futuro, ele tentar retornar aos estudos em busca de qualificação.

Nesse sentido, a evasão na Amazônia rural deixa de ser lida como uma renúncia voluntária ao saber e passa a ser compreendida como uma imposição cruel da sobrevivência. A enxada e a terra tornam-se, precocemente, os cadernos de uma juventude forçada a sacrificar o amanhã para aplacar a urgência de hoje. Constata-se, portanto, que o abandono não evidencia o fracasso do estudante, mas expõe a trágica falência de um sistema educacional que perde, invariavelmente, a disputa para a miséria.

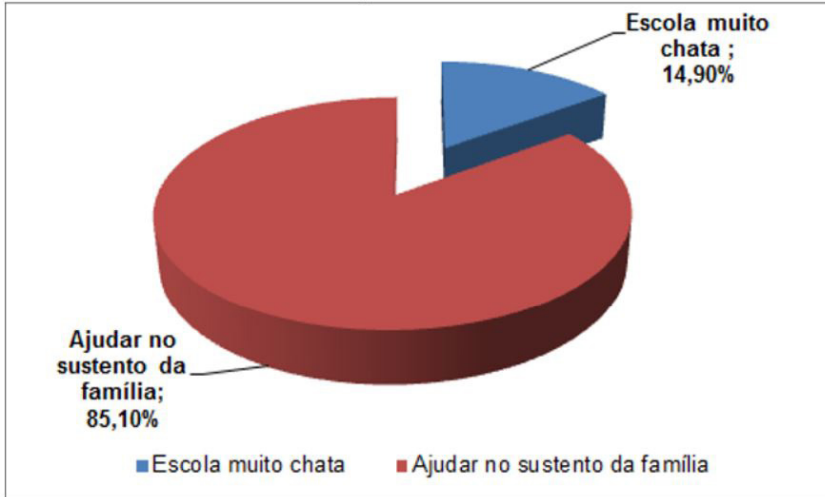
## O DISTANCIAMENTO DA ESCOLA E O DESAFIO DO RETORNO

O afastamento do ambiente educacional não representa um mero congelamento no tempo ou uma inofensiva “pausa” temporária na trajetória do aluno rural; pelo contrário, configura-se como a abertura de um profundo abismo acadêmico e social em sua vida. Quando esses jovens finalmente reúnem esforços

*1 Observação. As taxas de abandono representam a porcentagem de cada coorte que desistiu. Desistentes são definidos como pessoas de uma determinada coorte que não estão matriculadas na escola em outubro do ano em questão e não receberam um diploma de ensino médio ou um certificado de segundo grau equivalente.*

para regressar às salas de aula, motivados, de forma majoritária, pela exigência da obtenção de um diploma e pela urgência de qualificação para o mercado de trabalho, conforme ilustra o gráfico 2, deparam-se com um novo e severo obstáculo: a implacável realidade da distorção idade-série.

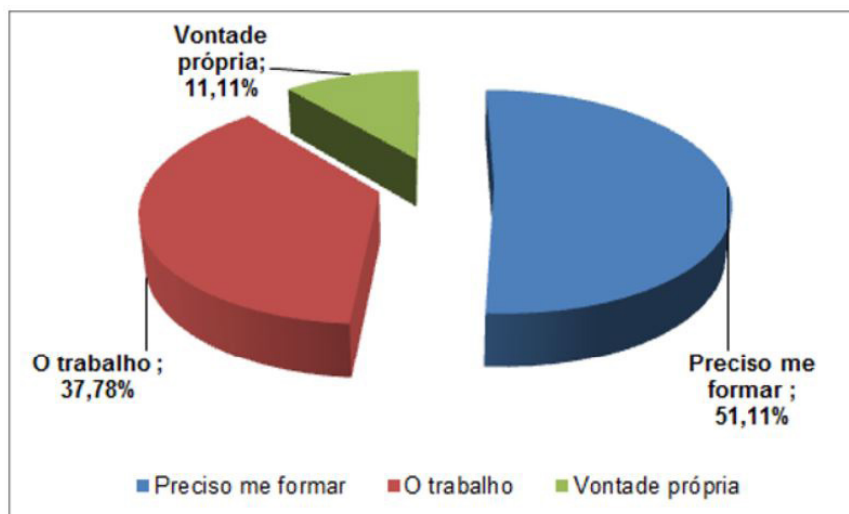
**Gráfico 2 – Motivos que levaram a abandonar a escola.**



**Fonte: Pesquisa de campo realizada (2022).**

Nesse cenário, evidencia-se que a escola tradicional, intrinsecamente estruturada em seriações rígidas e inflexíveis, não se encontra metodológica nem socialmente preparada para receber esse estudante. Trata-se de um sujeito que envelheceu e amadureceu precocemente sob o peso das responsabilidades da lavoura, mas que, paradoxalmente, permaneceu estagnado no domínio dos saberes curriculares, gerando uma fricção imediata entre a sua complexa vivência rural e o modelo escolar padronizado.

A materialização dessa incompatibilidade estrutural revela-se de forma contundente nos dados empíricos da pesquisa. Quando questionados sobre os desafios enfrentados ao regressar à Escola Municipal São José, um contingente alarmante de 58,33% dos alunos afirmou categoricamente não conseguir estabelecer relacionamentos próximos com os colegas de sala, conforme ilustra o gráfico 3.

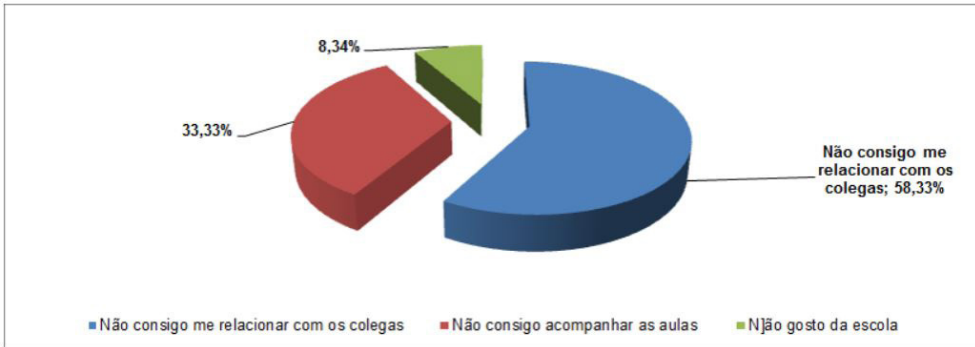
**Gráfico 3 – Motivos de terem voltado a estudar.**

Fonte: Pesquisa de campo realizada (2022)

Essa estatística ganha contornos ainda mais dramáticos através das narrativas reais coletadas em campo, que dão voz à angústia dos estudantes e ilustram o profundo choque de convivência gerado pela distorção idade-série. Os relatos expõem a fricção diária entre adolescentes já inseridos no mundo do trabalho e crianças que vivenciam a infância tardia, evidenciada em desabafos como: “tenho 15 anos e meus colegas estão na faixa de 11 e 12 anos; é muito difícil manter um diálogo com eles”.

O peso dessa inadequação é corroborado por outra jovem, que relata: “não é fácil; eu tenho 15 anos e os meus colegas estão na faixa de 11/12 anos. É uma diferença muito grande”. Inegavelmente, esse convívio forçado entre sujeitos em fases de desenvolvimento biológico e psicossocial tão distintas mina o sentimento de pertencimento do aluno rural, culminando em um grave quadro de isolamento dentro do próprio ambiente escolar, fator apontado por 10% dos entrevistados como uma das consequências mais dolorosas do abandono prévio.

Ademais, as barreiras enfrentadas pelo estudante no regresso não se restringem à esfera da convivência, revelando-se profundamente cognitivas. Conforme ilustra o gráfico 4, a pesquisa evidenciou que a franca maioria dos alunos que retornaram (56,33%) relatou enfrentar graves problemas de aprendizagem, enquanto 17,34% apontaram severas dificuldades para conseguir acompanhar o ritmo das aulas.

**Gráfico 4 - Problemas na sua volta à escola.**

**Fonte: Pesquisa de campo (2022).**

Essa severa fratura pedagógica não é ignorada pelo corpo docente da instituição. Os próprios professores reconhecem a imensa complexidade de lidar com tais disparidades no fluxo escolar, admitindo, em suas próprias palavras extraídas dos relatos de campo, que “são mundos bem diferentes”.

Diante dessa severa colisão de realidades, a vivência do regresso desvela que o distanciamento prévio da escola cobra um preço rigoroso e multifacetado na trajetória do estudante. A conjugação nefasta da distorção idade-série, do isolamento social e do profundo abismo cognitivo transforma o retorno à escola, que por essência deveria representar um ambiente de resgate, em uma experiência de intensa frustração, atuando, tragicamente, como a antessala de uma exclusão acadêmica definitiva.

O jovem rural, já penalizado pelas precoces exigências da lavoura, esbarra em um modelo de ensino padronizado que o estigmatiza por sua inevitável defasagem. Diante desse cenário estruturalmente engessado, levanta-se um questionamento analítico e inevitável: afinal, o que a gestão e, de maneira ainda mais aguda, os professores estão efetivamente fazendo para acolher, reter e apoiar esse aluno que teve a coragem de voltar?

## **DE QUEM É A CULPA? OS DESAFIOS DA GESTÃO E A RESPONSABILIDADE DOCENTE**

Longe de adotar uma postura omissa ou conformista diante desse cenário excludente, a gestão da Escola Municipal São José demonstra um profundo reconhecimento acerca do altíssimo índice de vulnerabilidade que atinge o seu público. A direção admite, ancorada na realidade local, que aproximadamente 7,7 em cada 10 alunos encontram-se imersos em uma condição de extremo risco social, fator preponderante que os empurra compulsoriamente para a deserção do ambiente escolar.

Para combater essa evasão sistêmica, a instituição estruturou sua frente de resistência em dois pilares fundamentais de enfrentamento: o apoio contínuo a programas governamentais de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família, visando mitigar a urgência econômica intrafamiliar, e a rigorosa implantação do programa de “Acompanhamento da deserção”, conduzido estrategicamente por uma equipe multidisciplinar dedicada a rastrear o aluno em falta.

A eficácia dessa atuação e da resistência institucional comprova-se por meio de dados empíricos contundentes de sucesso: graças a esse monitoramento ativo e ao compromisso firmado diretamente com as famílias, a gestão escolar obteve notável êxito no ano letivo de 2021, conseguindo resgatar e reinserir no curso normal de formação 7 dos 9 alunos que já haviam abandonado as salas de aula.

Em flagrante e alarmante contraponto aos esforços ativos adotados pela gestão, as entrevistas realizadas com o corpo docente descortinam uma realidade de absoluta isenção e transferência de culpas. Os dados empíricos revelam que os professores acreditam veementemente que a responsabilidade pela evasão reside de forma exclusiva fora dos muros da instituição de ensino.

Essa postura evidencia uma grave distorção analítica, alertada por Lopes (2016), o qual assevera que, embora os aspectos sociais, como a desestruturação familiar e a vulnerabilidade econômica, sejam determinantes inegáveis do abandono, eles jamais devem ser mobilizados como justificativa para eximir a escola de sua própria responsabilidade no processo de exclusão do estudante.

Em seus discursos defensivos, os educadores articulam um forte mecanismo de culpabilização da vítima, atribuindo as causas do abandono a elementos como a “motivação zero por parte dos alunos”, aos “pais despreocupados”, ao eventual “consumo de drogas” e à incidência de “gravidez” na adolescência. Esse fenômeno ilustra exatamente o que Arroyo (2011) classifica como o “distanciamento da escola em relação ao fracasso de seus alunos”, cenário no qual a instituição atua de forma alheia e os profissionais adotam a perigosa premissa de que a deserção é apenas uma consequência natural da imaturidade ou do desinteresse do jovem.

Consequentemente, a pesquisa atesta de forma contundente que a totalidade dos docentes avalia o seu próprio trabalho em sala de aula como perfeitamente adequado, blindando-se contra qualquer autocrítica pedagógica. Sob essa ótica excludente, os professores assumem o papel de meros espectadores e, simbolicamente, “lavam as mãos” diante da evasão, recusando-se a assumir qualquer grau de responsabilidade institucional pela perda sistêmica desse aluno para o trabalho rural e para a exclusão social.

Essa postura de isenção não constitui um fenômeno isolado, mas reflete uma histórica “cultura do fracasso escolar”, na qual, conforme adverte Patto (1996), a instituição de ensino se exime de qualquer culpa e naturaliza a exclusão, punindo o aluno por não se adaptar aos seus moldes rígidos. Corroborando essa perspectiva, Arroyo (2011) evidencia que esse sistemático distanciamento da escola em relação ao fracasso de seus discentes consolida uma engrenagem perversa, na qual o abandono é tratado de forma completamente alheia pelo sistema educacional.

Tal paradigma é característico de uma estrutura que tenta camuflar as suas próprias falhas institucionais culpabilizando a suposta “incapacidade” individual ou a extrema pobreza do estudante. Nesse contexto, constata-se que o combate à evasão na Amazônia rural exige muito mais do que as valorosas ações de monitoramento e os auxílios financeiros promovidos pela gestão.

À vista disso, ele impõe, como condição inegociável, uma profunda reinvenção da identidade do professor, que precisa abandonar o papel de mero espectador da vulnerabilidade alheia para assumir-se como o elo decisivo capaz de tornar a escola um espaço efetivamente acolhedor, inclusivo e mais significativo do que as exigências do trabalho na lavoura.

Em última análise, a perpetuação da evasão escolar encontra solo fértil na inércia institucional daqueles que, por vocação e ofício, deveriam figurar como os principais agentes de transformação. Enquanto o educador não reconhecer a sua implicação direta na garantia de permanência do jovem camponês, as mais nobres iniciativas da direção atuarão apenas como medidas paliativas diante de uma hemorragia sistêmica.

A escola rural amazônica só será capaz de vencer a sua disputa historicamente desleal contra o trabalho precoce e a miséria no exato momento em que a sala de aula deixar de atuar como um filtro de exclusão para se consolidar como um autêntico território de resgate social. Afinal, a omissão docente, quando convenientemente travestida de justificativa socioeconômica, converte-se no silêncio acadêmico que legitima o abandono; e é absolutamente imperativo romper esse silêncio para garantir que o direito constitucional de aprender não sucumba de forma trágica diante do inadiável dever de sobreviver.

## METODOLOGIA DA PESQUISA

Para compreender em profundidade as raízes do fenômeno da evasão escolar rural, a presente investigação estruturou-se sob a natureza analítica descritiva, adotando um rigoroso enfoque qualiquantitativo, caracterizado como método misto. Essa modelagem investigativa revela-se essencial pois, ao estabelecer um roteiro analítico preciso que direciona passo a passo o olhar do pesquisador (Andrade, 2009), permite não apenas agregar dados contextuais de forma sistematizada, mas sobretudo extrair conclusões aprofundadas que elucidam a real dimensão do problema abordado.

Ademais, a adoção desse enfoque qualiquantitativo constitui o caminho metodológico ideal e incontornável para promover o confronto direto entre a frieza dos dados estatísticos coletados (evidências numéricas) e as complexas percepções sociais e empíricas dos sujeitos envolvidos no processo educacional, fornecendo, assim, os subsídios fundamentais para a análise profunda do cenário investigado (Vergara, 2013).

O locus selecionado para a observação empírica da pesquisa foi a Escola Municipal São José, instituição de ensino situada na rodovia AM-010 (KM

53), circunscrita à zona rural da cidade de Manaus, no Estado do Amazonas. A imersão científica neste ambiente geográfico específico justifica-se de maneira contundente: trata-se de uma comunidade tradicional cujas dinâmicas imperativas de sobrevivência, intrinsecamente atreladas aos profundos laços de solidariedade comunitária e à exigência inadiável do trabalho familiar na agricultura, influenciam, atravessam e, muitas vezes, ditam diretamente a rotina escolar de seus jovens.

No que concerne ao universo investigativo, a fim de garantir a estrita representatividade e a confiabilidade dos resultados empíricos, o estudo mapeou o contingente populacional da Escola Municipal São José, que compreendia, à época da pesquisa, um total de 8 professores e 174 alunos. A partir desse universo, a seleção da amostra estruturou-se de maneira estratégica para captar as percepções dos dois polos centrais do fenômeno educativo.

Em relação ao corpo docente, a investigação adotou um caráter censitário, ouvindo a totalidade dos profissionais atuantes na instituição (100% da amostra, totalizando os 8 educadores). O perfil apurado revela um quadro maduro e pedagogicamente qualificado: tratam-se de sujeitos com idades variando entre 35 e 50 anos, todos detentores de títulos de pós-graduação e que acumulam uma sólida experiência profissional superior a cinco anos na docência em áreas rurais.

No tocante aos discentes, a amostragem englobou especificamente 50 estudantes que já haviam evadido ou que se encontravam em iminente risco de abandono escolar, constituindo uma parcela analítica altamente expressiva de 28,73% da população estudantil total da escola. Esse recorte amostral contemplou jovens na faixa etária crítica de 11 a 16 anos, todos moradores da comunidade local, cujas narrativas de vida e de lida na agricultura refletem de forma genuína o impacto real imposto pelas rigorosas condições de sobrevivência no contexto amazônico investigado.

No que tange aos procedimentos de extração das informações empíricas, a coleta de dados materializou-se por meio de questionários estruturados, aplicados de forma direcionada tanto aos discentes quanto ao corpo docente. Cumprindo rigorosamente o protocolo metodológico, esses instrumentos foram entregues e respondidos de maneira presencial, garantindo-se a absoluta não interferência do pesquisador durante a elaboração das respostas, a fim de preservar a fidedignidade e a isenção das narrativas dos sujeitos.

A arquitetura desses questionários foi estrategicamente elaborada para captar as duas frentes tensionais do fenômeno: de um lado, buscou-se extrair as reais motivações e as urgências que empurraram os estudantes para o abandono; de outro, tencionou-se desvelar a complexa percepção dos docentes acerca da sua própria parcela de responsabilidade nesse processo de exclusão.

Após o encerramento da fase de coleta, o acervo de informações passou por rigorosos testes de consistência qualitativa e foi tratado por meio de uma análise interativa (Moraes, 2014). Para consolidar a etapa analítica, os resultados foram estruturados e apresentados sob a forma de gráficos dinâmicos, uma escolha que facilitou substancialmente o cruzamento visual e interpretativo entre as brutais

variáveis socioeconômicas da lavoura e as engessadas percepções educacionais da escola.

Dessa forma, o rigor metodológico adotado transcendeu a mera quantificação estatística do abandono escolar, consolidando-se como um poderoso instrumento de escuta ativa e denúncia social. Ao cruzar as dolorosas narrativas discentes com as posturas institucionais defensivas, o percurso investigativo desvelou as reais engrenagens da exclusão na Amazônia rural, garantindo a robustez científica incontestável para fundamentar as reflexões críticas que estruturam as considerações finais deste estudo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resposta aos objetivos centrais traçados por esta investigação, os achados empíricos evidenciam que a evasão escolar no complexo contexto rural amazônico transcende, de maneira inquestionável, a mera desmotivação ou a falha individual do aluno, configurando-se, na realidade, como um sintoma trágico e direto da profunda desigualdade social e da histórica pobreza estrutural.

Retomando o dado fulcral da pesquisa realizada na Escola Municipal São José, constata-se que o trabalho precoce, sobretudo aquele atrelado de forma intensiva à agricultura familiar, atua como o principal e mais cruel agente de exclusão, arrancando prematuramente o jovem das salas de aula e impondo-lhe o peso da lavoura como única alternativa para garantir a inadiável subsistência de sua casa.

Contudo, a fratura gerada por esse abandono revela-se ainda mais perversa na tentativa de regresso: quando esse estudante reúne esforços para retornar aos estudos, o severo abismo pedagógico e a implacável distorção idade-série o transformam em um verdadeiro “estrangeiro” dentro de sua própria escola. Consequentemente, essa incompatibilidade estrutural do modelo de ensino culmina em um doloroso isolamento social e em gravíssimos problemas de aprendizagem, convertendo a coragem do retorno em uma nova e angustiante experiência de exclusão.

Em flagrante contraponto e desvelando a descoberta mais crítica desta investigação, observa-se um profundo choque de posturas institucionais no enfrentamento à evasão. Por um lado, destaca-se o esforço ativo e de resistência da gestão escolar que, mobilizando equipes multidisciplinares e articulando o apoio contínuo a programas governamentais de transferência de renda, tem conseguido monitorar e reinserir com êxito diversos alunos evadidos no fluxo escolar.

Em contrapartida, evidencia-se de forma contundente a postura defensiva assumida pelo corpo docente, que tende, de maneira sistemática e amparada no senso comum, a “lavar as mãos” diante do abandono. Estes educadores transferem toda a culpa do fracasso para o contexto externo, ancorando-se em justificativas como a desestruturação familiar ou o suposto desinteresse do próprio aluno, eximindo a si mesmos de qualquer responsabilidade ou autocrítica pedagógica.

Sendo assim, conclui-se, de forma reflexiva e inadiável, que essa perigosa isenção docente apenas retroalimenta e perpetua a histórica “cultura do fracasso escolar”, erguendo barreiras simbólicas que impedem, de forma trágica, que a sala de aula se transforme no ambiente verdadeiramente acolhedor, inclusivo e significativo de que o jovem rural necessita para não retornar precocemente à lavoura.

Diante de tais constatações, consolida-se o entendimento de que erradicar a evasão na zona rural exige um esforço que transcende, em muito, a simples e burocrática cobrança por frequência ou as valorosas ações de monitoramento da gestão. Torna-se imperativo que a instituição educacional assuma um novo e profundo significado orgânico na vida do aluno camponês, estruturando-se para ser efetivamente atrativa e para concorrer em importância com a inadiável necessidade do trabalho precoce.

Para tanto, desponta a urgência de uma drástica mudança de paradigma na formação e na práxis dos professores, exigindo que estes assumam ativamente sua parcela de responsabilidade institucional e adotem uma autêntica “pedagogia do sucesso”. Essa nova postura docente deve ser alicerçada no acolhimento afetivo, na compreensão das severas disparidades locais e na indispensável flexibilidade curricular, substituindo de vez a escola seletiva por um ambiente inclusivo.

Em última instância, conclui-se que o combate ao abandono escolar na Amazônia revela-se, em sua mais pura essência, como uma visceral luta por justiça social. Ele clama pela urgente efetivação de políticas públicas intersetoriais e, sobretudo, pela consolidação de uma escola pública rural emancipadora, que rompa o silêncio acadêmico e se recuse, categoricamente, a perder os seus jovens para as nefastas engrenagens da exclusão.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ARROYO, M. G. **Fracasso-Sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica**. In: ABRAMOWICZ, A. e MOLL, A. (orgs.). Para além do Fracasso Escolar. 5 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

ARROYO, M. G. **Fracasso-Sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica**. In: ABRAMOWICZ, A. e MOLL, A. (orgs.). Para além do Fracasso Escolar. 5 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

BRASIL. **Censo Educacional 2019**. Brasília: MEC/INEP, 2019. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 12 mai.2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: <http://www.congressonacional.gov.br>. Acesso em: 16 ago. de 2022.

BRASIL. **Lei nº 8 069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto de Criança e do Adolescente.** Brasília: Congresso Nacional, 1990. Disponível em: <http://www.congressonacional.gov.br>. Acesso em: 16 ago. 2022.

LOPES, B. E. M. 1972 – **Evasão Escolar no Ensino noturno: mediações entre as políticas educacionais contemporâneas e as dinâmicas escolares** | **Bernarda Eliane Madureira Lopes.** – 2016. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, programa de pós-graduação em educação, p. 302.

MORAES, R. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Atlas, 2014.

PATTO, M. H. S. **A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

STANARD, R. P. Taxas de conclusão do ensino médio: implicações para a profissão de aconselhamento. **Jornal de Aconselhamento e Desenvolvimento**, 81, 217-222, 2013.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.